



dimensão profética. Por essa causa muitos/muitas dos seus membros foram martirizados/martirizadas.

### Conclusão

Nas CEBs está presente a visão de que a comunidade é o Povo-de-Deus a caminho. A teologia do Povo-de-Deus é um ganho do Vaticano II, e possibilita o surgimento de novos ministérios e serviços. A democracia no Brasil, a superação da injustiça e de todas as formas de exclusão, passam pelas CEBs.

Num mundo fragmentado e vazio de sentido, as CEBs apontam para uma espiritualidade libertadora. As CEBs podem, de fato, levar adiante o projeto de rede de comunidades. Nesse sentido, elas são a superação da Paróquia em seu formato tradicional. Nas CEBs, está presente um horizonte eucarístico, que vai muito além do culto à “hóstia consagrada”; uma adesão à causa dos pobres, que vai muito além de assistencialismos; uma experiência mística do encontro com o Deus da vida, que vai além de moralismos e do individualismo.

#### Endereço do Autor:

SQN 212 – Bloco F – Apto. 201

Asa Norte

70864-060 BRASÍLIA, DF



**Resumo:** Este artigo procura apresentar o enfoque especial dado pelos participantes da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe aos clamores do povo excluído, conforme está registrado no Documento de Aparecida, desde a sua introdução à conclusão. A nota predominante é a da opção preferencial pelos pobres como característica fundamental da Igreja latino-americana e caribenha que deseja caminhar na fidelidade ao Evangelho de Jesus Cristo. Esta nota confere credibilidade à missão da Igreja entre os povos. A realidade é instigante, como se constata na primeira parte, referente ao VER. O sofrimento, retratado nos diversos rostos de pessoas excluídas, nos interpela e nos desafia ao compromisso solidário. A segunda parte, dedicada ao JULGAR, lembra a radical e inviolável dignidade de todos os homens e mulheres, feitos à imagem e semelhança de Deus junto com toda a criação; apresenta a proposta de Jesus como caminho seguro de superação de todas as formas de exclusão. A Igreja deve abraçar esta mesma causa e atualizar esta mesma prática libertadora. A terceira parte oferece orientações para o AGIR: como discípulos missionários de Jesus Cristo, cabe-nos a responsabilidade de colaborar eficazmente para a transformação das estruturas de morte, promovendo a dignidade humana numa sociedade alicerçada na justiça e na fraternidade.

**Abstract:** The article presents the claims of all those excluded from society so that their voices can be heard publicly at the V. General Conference of the Bishops of Latin America and the Caribbean's, as it is mentioned in the Document of Aparecida, from the introduction up to the conclusion. A predominant idea, which is being stressed and often reminded, is the Church's preferential option for the poor as a means to be faithful to the Gospel of Jesus Christ. It also gives credibility to the mission of the Church among the peoples. This points to social reality typical of the nations in this part of the continent, as it is mentioned in the first part referring to the method regarding to "See". The suffering portrayed by the people excluded from society is an appeal and challenge to a solitary commitment. The second part drawing attention to the method regarding to "Judge" serves as a reminder of the fundamental and inviolable dignity of the human person created in the image and likeness of God whose presence is accessible to human beings by Jesus Christ leading the way through all kinds of barriers obstructing one's access to Him. It is up to the Church to clear the way through liberation from all sorts of obstacles. The third part offers secure guidelines to "Act" as disciples engaged as missionaries of Jesus Christ participating in transforming those structures which endanger human lives and replacing them with new ones which are fostering human dignity within a society based on justice and brotherhood.

## A opção pelos pobres no Documento de Aparecida

Celso Loraschi\*

\* O autor é Mestre em Teologia Dogmática com concentração em estudos bíblicos e professor de Bíblia no ITESC.



## Introdução

A opção preferencial pelas pessoas excluídas faz parte da própria identidade da Igreja. O Documento de Aparecida (DAp) contempla este aspecto em toda a sua extensão. Já a introdução (n. 1-18) constitui-se num anúncio de esperança e coragem, fazendo ressoar as palavras do Senhor Jesus: “Não tenham medo” (n. 14). A pessoa de Jesus com sua proposta foi testemunhada por uma multidão de pessoas (muitas martirizadas) que nos antecederam e atuaram neste continente, em vista do estabelecimento da justiça e da paz. O DAp refere-se a elas como “nossos santos”.

De fato, a fé em Deus manifesta-se de muitas maneiras, especialmente nas devoções populares que expressam, segundo as palavras de Bento XVI em seu discurso inaugural, “o amor a Cristo sofredor, o Deus da compaixão, do perdão e da reconciliação..., o Deus próximo dos pobres e dos que sofrem”. A fé se expressa igualmente nos inúmeros gestos de amor e solidariedade desenvolvidos em favor das pessoas necessitadas. Ela “está presente também na consciência da dignidade da pessoa, na sabedoria diante da vida, na paixão pela justiça, na esperança contra toda esperança e na alegria de viver que move os corações de nossos povos, ainda que em condições muito difíceis” (n. 7).

O encontro pessoal e comunitário com Jesus orienta decisivamente toda a vida da Igreja, “morada de povos irmãos e casa dos pobres”, participando “dos gozos e esperanças, das tristezas e alegrias dos seus filhos”. Convidada a vencer “o medíocre pragmatismo..., onde a fé vai se desgastando e degenerando em mesquinhez”, a Igreja deve abraçar os “caminhos da vida verdadeira e plena para todos... em sua dimensão pessoal, familiar, social e cultural” (n. 8-16).

Seguindo o método “Ver, Julgar e Agir” – o que já demonstra uma preocupação de fidelidade à tradição latino-americana, de modo especial da Teologia da Libertação –, o DAp toma como ponto de partida de suas reflexões, a realidade histórica de nosso povo, iluminando-a num segundo momento pela Palavra de Deus e pela Tradição da Igreja, culminando com as orientações para uma ação transformadora.

### 1 A opção pelos pobres no “VER” do Documento de Aparecida

Na primeira parte, correspondente ao VER (n. 19-100), o DAp constata a grande mudança pela qual passa a humanidade, lançando



sobre todos luzes e sombras. Estas mudanças “nos afligem mas não nos confundem” (n. 19). O próprio testemunho de fé e de amor, manifestado pelas inúmeras pessoas peregrinas que acorrem ao Santuário de Aparecida, lembra os primeiros seguidores de Jesus, sedentos de sua Palavra que liberta e acolhedores do seu amor que garante vida plena. Na vida desta gente simples e forte manifesta-se a esperança de um mundo de fraternidade e justiça, conforme os ensinamentos e a prática de Jesus.

É na fidelidade do amor de Cristo que a Igreja deseja caminhar. “A importância única e insubstituível de Cristo para nós, para a humanidade, consiste em que Cristo é o Caminho, a Verdade e a Vida” (n. 22). Deus nos chamou para colaborar no seu “reino de amor e vida, de justiça e paz, pelo qual tantos se sacrificaram. Ele mesmo nos encomendou a obra de suas mãos para que cuidemos dela e a coloquemos a serviço de todos” (n. 24).

Com base na parábola do samaritano solidário (Lc 10,25-37), os representantes da Igreja católica latino-americana e caribenha reportam-se ao papa Bento XVI em seu discurso inaugural, quando disse que “a evangelização vai unida sempre à promoção humana e à autêntica libertação cristã”. Assumindo o desafio de ser “Igreja samaritana” no meio de sofrimentos e injustiças, deve fazer a Boa Nova do Reino de Deus chegar a todas as pessoas que se encontram à beira do caminho, clamando por compaixão e dignidade. Neste sentido “damos graças a Deus e nos alegramos pela fé, solidariedade e alegria características de nossos povos, transmitidas ao longo do tempo pelas avós e avôs, as mães e pais, os catequistas, os rezadores e tantas pessoas anônimas, cuja caridade mantém viva a esperança em meio às injustiças e adversidades” (n. 26).

A Igreja deve seguir os passos de Jesus que se fez pobre e servidor. Ele nos ensina a evangelizar “sem bolsa ou alforje, sem colocar nossa confiança no dinheiro nem no poder deste mundo” (n. 31). No rosto de Jesus morto e ressuscitado, “podemos ver o rosto humilhado de tantos homens e mulheres de nossos povos e, ao mesmo tempo, sua vocação à liberdade dos filhos de Deus, à plena realização de sua dignidade pessoal e à fraternidade entre todos” (n. 32).

A solidariedade manifesta-se também através do cuidado e reverência por toda a criação, pois “leva a marca do Criador e deseja ser libertada...” (n. 27). Denunciando as agressões pelas quais a natureza está sendo submetida, o DAp alerta sobre a exclusão das populações tradicionais ao que se refere às “decisões sobre as riquezas da biodiver-



sidade e da natureza... A natureza foi e continua sendo agredida. A terra foi depredada. As águas estão sendo tratadas como se fossem mercadoria negociável pelas empresas, além de terem sido transformadas num bem disputado pelas grandes potências... Além disso, a crescente agressão ao meio ambiente pode servir de pretexto para propostas de internacionalização da Amazônia, que só servem aos interesses econômicos das corporações internacionais...” (n. 83-87).

### Discernir os sinais dos tempos

São inúmeros os desafios da atualidade. O fenômeno da “globalização” afeta o mundo inteiro. As rápidas mudanças trazem consequências em todos os campos da vida humana. A realidade se tornou mais complexa. A “fragmentação” da vida provoca “crise de sentido”... As tradições culturais/religiosas de nosso povo começam a diluir-se, enfraquecidas pelas novas imagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Enfraquece-se o papel orientador da religiosidade popular “que contribui para nos tornar mais conscientes de nossa comum condição de filhos de Deus e de nossa comum dignidade perante seus olhos, não obstante as diferenças sociais, étnicas ou de qualquer outro tipo” (n. 37). Somos desafiados a discernir os “sinais dos tempos” na fidelidade ao seu seguimento de Jesus que veio “para que todos tenham vida e vida em abundância” (Jo 10,10). A partir da pessoa e da prática de Jesus, podemos re-encontrar a verdade que nos liberta e que ilumina toda a realidade, promovendo uma “outra globalização”, de modo a tornar-se Boa Notícia a todos os povos (n. 33-42).

A mudança de época atinge, especialmente, a situação sócio-cultural, afetando a relação com Deus, com o mundo, com o próximo e consigo mesmo. “Surge hoje, com grande força, uma sobrevalorização da subjetividade individual... que enfraquece os vínculos comunitários...; deixa-se de lado a preocupação com o bem comum... e termina-se por destruir o que de verdadeiramente humano há nos processos de construção cultural, que nascem do intercâmbio pessoal e coletivo” (n. 44-45). Esta “nova colonização cultural” conduz ao indiferentismo diante dos direitos sociais, prejudicando a dignidade de todos, especialmente das pessoas pobres e vulneráveis (n. 46-47).

As mulheres são especialmente atingidas em sua dignidade. “Alguas, desde crianças e adolescentes, são submetidas a múltiplas formas de violência dentro e fora de casa: tráfico, violação, escravização e assédio



sexual; desigualdades na esfera do trabalho, da política e da economia; exploração publicitária por parte de muitos meios de comunicação social que as tratam como objeto de lucro” (n. 48).

A despeito da “cultura de consumo” e da “lógica do individualismo pragmático e narcisista”, emerge como valor positivo dessa mudança cultural, “a busca do sentido da vida e da transcendência... Permite que a simplicidade e o reconhecimento do fraco e do pequeno na existência surjam como valor, com grande capacidade e potencial que não podem ser desvalorizados...; onde a tradição cristã adquire renovado valor, sobretudo quando a pessoa se reconhece no Verbo encarnado que nasce em um estábulo e assume uma condição humilde, de pobre” (n. 51 e 52).

A diversidade cultural dos povos latino-americanos e caribenhos (índigenas, afro-americanos, camponeses, mestiços e as culturas urbanas e suburbanas) constitui uma inigualável riqueza. Mesmo coexistindo em condições desiguais com a “cultura globalizada” continuam oferecendo valores fundamentais como o respeito à natureza, a acolhida, a partilha de bens, o caráter sagrado da vida humana, bem como o “comunitarismo, valorização da família, abertura à transcendência e solidariedade... Assumir a diversidade, que é imperativo do momento, envolve superar os discursos que pretendem uniformizar a cultura, com enfoques baseados em modelos únicos” (n. 56-59; cf. também n. 88-97).

A globalização mostra seus efeitos, sobretudo, em sua dimensão econômica, supervalorizando “a eficácia e a produtividade” com nefastas consequências para as relações humanas, pois se constitui num “processo promotor de iniquidades e injustiças múltiplas”. Os valores fundamentais da vida humana são simplesmente submetidos à lógica do mercado. Dentro dela diluem-se “a verdade, a justiça, o amor, e muito especialmente a dignidade e os direitos de todos, inclusive daqueles que vivem à margem do próprio mercado”. Esta lógica perversa evidencia-se na “dinâmica de concentração de poder e de riqueza em mãos de poucos..., o que produz a exclusão de todos aqueles não são suficientemente capacitados e informados, aumentando as desigualdades que marcam tristemente nosso continente e que mantêm na pobreza uma multidão de pessoas” (n. 61-62). A grave situação em que vive dois terços da humanidade aponta para a urgente necessidade de uma nova globalização, “marcada pela solidariedade, pela justiça e pelo respeito aos direitos humanos...” (n. 64).



## O rosto das pessoas que sofrem

Os números 65 e 402 do DAp revestem-se de especial relevância no que tange à opção pelos pobres, pois caracterizam “os rostos daqueles que sofrem” na América Latina e Caribe. “Já não se trata simplesmente do fenômeno da exploração e opressão, mas de algo novo: a exclusão social”. São eles:

1. Comunidades indígenas e afro-americanas que, em muitas ocasiões, não são tratadas com dignidade e igualdade de condições;
2. Mulheres excluídas em razão de seu sexo, raça ou situação sócio-econômica; maltratadas, vítimas da exclusão e do tráfico para a exploração sexual;
3. Jovens que recebem uma educação de baixa qualidade e não têm oportunidades de progredir em seus estudos nem de entrar no mercado de trabalho para se desenvolver e constituir uma família;
4. Muitos pobres;
5. Migrantes;
6. Deslocados e refugiados;
7. Pessoas desaparecidas;
8. Agricultores sem terra;
9. Mineiros;
10. Grandes grupos de desempregados/as;
11. Aqueles que procuram sobreviver da economia informal;
12. As pessoas que vivem na rua das grandes cidades;
13. Os pessoas excluídas pelo analfabetismo tecnológico;
14. Meninos e meninas submetidos à prostituição infantil, ao turismo sexual, pornografia e violência ou do trabalho infantil;
15. Crianças vítimas do aborto;
16. Milhões de pessoas e famílias que vivem na miséria e inclusive passam fome;
17. Dependentes de drogas;
18. Pessoas com limitações físicas; com capacidades diferentes;



19. Portadores e vítimas de enfermidades graves como a malária, a tuberculose e HIV-AIDS, que sofrem a solidão e se vêm excluídos da convivência familiar e social;
20. As pessoas seqüestradas e vítimas da violência, do terrorismo, de conflitos armados e da insegurança na cidade;
21. Pessoas idosas: além de excluídas do sistema produtivo, muitas vezes são recusadas por sua família como incômodas e inúteis;
22. Pessoas presas, em situação desumana...

## Economia: que economia?

Ao denunciar o atual modelo econômico que torna “descartável” uma multidão de pessoas e que agride a natureza “com danos à biodiversidade, com o esgotamento das reservas de água e de outros recursos naturais, com a contaminação do ar e a mudança climática” (n. 66), o DAp aponta para um dos princípios norteadores de uma autêntica economia, como lembra a Doutrina Social da Igreja: “... tudo está moralmente correto se está orientado para o desenvolvimento global e solidário do ser humano e da sociedade na qual vive e trabalha. Desenvolvimento, na verdade, não se pode reduzir a mero processo de acumulação de bens e serviços” (n. 69).

Os bispos, delegados da Igreja Católica na V Conferência Latino-Americana e Caribenha, denunciam “o alarmante nível de corrupção nas economias, envolvendo tanto o setor público quanto o setor privado, ao que se soma notável falta de transparência e prestação de contas à cidadania” ... (n. 70); denunciam as precárias condições de emprego, os salários baixos, a falta de proteção na área de seguridade social, os grandes latifúndios que impedem a Reforma Agrária, os Tratados de Livre Comércio que não beneficiam os países mais pobres, a exploração do trabalho que, em alguns casos, gera condições de verdadeira escravidão; denunciam as causas da migração forçada e o tráfico de pessoas, incluindo a prostituição de menores... (n. 67-73). Por outro lado, constata-se a existência de iniciativas populares que apontam para caminhos criativos de inclusão social, “através, por exemplo, de micro-finanças, economia local e solidária e comércio justo” (n. 71).



## Democracia: que democracia?

Ao tratar da dimensão sócio-política o DAp alerta que “não basta uma democracia puramente formal..., mas é necessária uma democracia participativa e baseada na promoção e respeito dos direitos humanos” (n. 74). O protagonismo da sociedade civil, através dos grupos organizados, demonstra a possibilidade de “mudanças importantes para a conquista de políticas públicas mais justas, que revertam a situação de exclusão” (n. 75). Aos Estados cabe “definir e aplicar as políticas públicas nos campos da saúde, educação, segurança alimentar, previdência social, acesso à terra e à moradia, promoção eficaz da economia para a criação de empregos e leis que favorecem as organizações solidárias. Tudo isso mostra que não pode existir democracia verdadeira e estável sem justiça social...” (n. 76).

As denúncias aqui se dirigem novamente ao “recrudescimento da corrupção na sociedade e no Estado, envolvendo os poderes legislativos e executivos em todos os níveis, alcançando também o sistema judiciário que, muitas vezes, inclina seu juízo a favor dos poderosos e gera impunidade...” (n. 77); referem-se também à violência em suas diversas formas, cujas causas são: “a idolatria do dinheiro, o avanço de uma ideologia individualista e utilitarista, a falta de respeito pela dignidade de cada pessoa, a deteriorização do tecido social, a corrupção inclusive nas forças da ordem e a falta de políticas públicas de equidade social” (n. 78); referem-se ainda às leis injustas e às violações dos direitos humanos, entre elas, a repressão, a falta de liberdade de ensino, crianças na guerra, etc. (n. 79-81).

Como ponto positivo, ressalta-se a integração regional através de acordos entre os países da América Latina e do Caribe, não só de mercados, mas também de instituições civis e de pessoas. “Também é positiva a globalização da justiça, no campo dos direitos humanos e dos crimes contra a humanidade, que permitirá a todos viver progressivamente sob normas iguais chamadas a proteger sua dignidade, sua integridade e sua vida” (n. 82).

## Os sujeitos de uma nova história

Ainda nesta parte do VER, o DAp reconhece que os povos indígenas estão “na raiz primeira da identidade latino-americana e caribenha”, seguida pelos afro-americanos para cá trazidos como escravos e pelos



pobres migrantes da Europa. Destes grupos formou-se “a mestiçagem que é a base social e cultural de nossos povos...” (n. 88). A missão da Igreja é acompanhar e animar estes povos, marcados historicamente pela exclusão e pela pobreza, nas conquistas de seus legítimos direitos, no reconhecimento de suas tradições originais, devendo ser “levados em consideração na catolicidade com sua cosmovisão, seus valores e suas identidades particulares, para viverem um novo Pentecostes eclesial” (n. 91).

Os indígenas e afro-americanos emergem como sujeitos construtores de uma nova história. Daí a importância do processo de inculturação, “onde a diversidade não significa ameaça, não justifica hierarquias de um poder sobre outros, mas sim diálogo a partir de visões culturais diferentes, de celebração, de inter-relacionamento e de reavivamento da esperança” (n. 97).

Os bispos expressam o reconhecimento dos inúmeros serviços prestados por incontáveis agentes a favor das pessoas empobrecidas, “no esforço por promover sua dignidade e também no empenho de promoção humana nos campos da saúde, da economia solidária, da educação, do trabalho, do acesso à terra, da cultura, da habitação e assistência, entre outros”. Muitos destes agentes foram perseguidos e mortos, “os quais consideramos testemunhas da fé. Queremos recordar o testemunho valente de nossos santos e santas, e aqueles que, inclusive sem terem sido canonizados, viveram com radicalidade o Evangelho e ofereceram sua vida por Cristo, pela Igreja e por seu povo” (n. 98; cf. também n. 105).

A primeira parte do Documento termina mencionando diversas “sombras” que obscurecem o caminho da evangelização, entre as quais “as nossas débeis vivências da opção preferencial pelos pobres...” e lembra-nos de que o Evangelho “requer um estilo de vida mais simples, austero e solidário, mais fiel à verdade e à caridade...” (n. 100).

## 2 A opção pelos pobres no “JULGAR” do Documento de Aparecida

Na segunda parte, dedicada ao JULGAR (n. 101-345), o DAp apresenta Jesus Cristo como “a porta de entrada para a vida... que possibilita a superação do pecado... e a Boa Nova da dignidade humana...”, considerada como valor “absoluto, inegociável e inviolável”; portanto, cada ser humano deve ser respeitado em seu direito primário à vida digna desde seu início até seu fim natural (n. 101-108).



A prática de Jesus apresenta-se como caminho seguro de superação de toda exclusão, pois dedicou sua vida na defesa dos direitos das pessoas fracas e marginalizadas. Como discípulos missionários de Jesus, temos a responsabilidade de transformar as estruturas de morte, pela “promoção da dignidade humana e de relacionamentos sociais fundados na justiça”, bem como pelo cuidado da natureza ameaçada, a fim de que “a terra ofereça abrigo e sustento a todas as pessoas” (n. 112-113).

Desde o seio familiar, os homens e as mulheres descobrem-se como seres amados por Deus, feitos à sua imagem e semelhança, capazes de cultivar o amor recíproco e promover laços de justiça e fraternidade para além de sua própria família (n. 114-119).

### O trabalho: chave essencial de toda a questão social

O trabalho, visto como “participação na tarefa criadora de Deus e como serviço aos irmãos e irmãs... garante a dignidade e a liberdade do ser humano, e é provavelmente a chave essencial de toda a questão social”. Três realidades são denunciadas como contrárias ao desígnio de Deus: “o desemprego, a injusta remuneração pelo trabalho e o viver sem querer trabalhar”. Por isso, é compromisso do discípulo missionário “promover a dignidade do trabalhador e do trabalho, o justo reconhecimento de seus direitos e de seus deveres, desenvolver a cultura do trabalho e denunciar toda injustiça”. São louváveis todas as iniciativas que geram trabalho e produção, melhorando a qualidade de vida de muita gente; são louváveis também as atividades empresariais onde se respeita a dignidade da pessoa trabalhadora, cuida-se do meio ambiente e promove-se o bem-estar da sociedade; revela-se, porém, como perversão “quando, buscando só o lucro, atentam contra os direitos dos trabalhadores e a justiça” (n. 120-122).

Nesta perspectiva, também a ciência e a tecnologia devem orientar-se dentro dos critérios éticos, mantendo a harmonia entre “a verdade, o bem e a beleza”; do contrário elas se voltam contra o próprio ser humano. Deve-se igualmente promover uma “ecologia humana... pois o Senhor entregou o mundo para todos”. Portanto, “o destino universal dos bens exige a solidariedade com as gerações presentes e as futuras” e o uso dos recursos “deve estar regulado segundo o princípio da justiça distributiva, respeitando o desenvolvimento sustentável” (n. 123-126).

O DAp continuamente retoma a missão da Igreja “que nunca pode nem deve deixar seus próprios filhos a sós ou na miséria”, reconhecendo



sua força transformadora, “sua opção pelos pobres” e o protagonismo de “setores que foram deslocados: mulheres, indígenas, afro-americanos, pessoas do campo e habitantes de áreas marginais das grandes cidades” (n. 127-128).

O chamado que Jesus nos faz “exige entrar na dinâmica do Bom Samaritano (cf. Lc 10,29-37), que nos dá o imperativo de nos fazer próximos, especialmente com quem sofre, e gerar uma sociedade sem excluídos...” (n. 135); somos convidados a assumir o próprio estilo de vida de Jesus – Caminho, Verdade e Vida -, “sua compaixão entranhável frente à dor humana, sua proximidade aos pobres e aos pequenos, sua fidelidade à missão encomendada, seu amor serviçal até à doação de sua vida” (n. 139).

### O papel essencial da evangelização e o perfil dos evangelizadores

Os bispos alertam para o papel essencial da evangelização: “inclui a opção preferencial pelos pobres, a promoção humana integral e a autêntica libertação cristã”; lembram que “o discípulo missionário há de ser um homem ou uma mulher que torna visível o amor misericordioso do Pai, especialmente para com os pobres e pecadores”; lembram também que a santidade nada tem a ver com “a fuga para o intimismo ou para o individualismo religioso, tampouco abandono da realidade urgente dos grandes problemas econômicos, sociais e políticos da América Latina e do mundo, e muito menos fuga da realidade para um mundo exclusivamente espiritual” (n. 146-148).

A realidade indica que “a imensa maioria dos católicos de nosso continente vive sob o flagelo da pobreza” (n. 176) e, portanto, os lugares eclesiais devem ser espaço de acolhida dos clamores do povo sofredor e de promoção da vida digna sem exclusão: a diocese deve ser “escola de comunhão, de participação e solidariedade” (n. 167); a paróquia deve “concretizar em sinais solidários seu compromisso social nos diversos meios em que se move, com toda a imaginação da caridade. Não pode ser alheia aos grandes sofrimentos que a maioria de nossa gente vive e que com muita frequência são pobreza escondidas. Toda autêntica missão unifica a preocupação pela dimensão transcendente do ser humano e por todas as suas necessidades concretas” (n. 176); as Comunidades Eclesiais de Base são contempladas como “expressão visível da opção preferencial pelos pobres. São fonte e semente de variados serviços e



ministérios a favor da vida na sociedade e na Igreja” (n.179); e as Conferências Episcopais são “espaço de discernimento solidário sobre os grandes problemas da sociedade e da Igreja...” (n. 181).

Dentro dos “lugares eclesiais” movem-se os discípulos missionários de Jesus Cristo em suas vocações específicas. Os bispos entre outras atribuições, assim se declaram: “como pais e centro de unidade, nos esforçamos por apresentar ao mundo o rosto de uma Igreja na qual todos se sintam acolhidos como em sua própria casa... O bispo é testemunha da esperança e pai dos fiéis, especialmente dos pobres...” (n. 188-189); lembrando as palavras do Papa Bento XVI em seu discurso inaugural, “um Bispo, modelado segundo a imagem do bom pastor, deve estar particularmente atento para oferecer o divino bálsamo da fé, sem descuidar o pão material” (n. 550).

O presbítero “é chamado a ser homem de misericórdia e compaixão, próximo a seu povo e servidor de todos, particularmente dos que sofrem grandes necessidades...”; os presbíteros são servidores da vida: “que estejam atentos às necessidades dos mais pobres, comprometidos na defesa dos direitos dos mais fracos, e promotores da cultura da solidariedade” (n. 198-199).

Os diáconos permanentes devem promover “a ação social, especialmente com os mais necessitados, dando assim testemunho de Cristo servidor ao lado dos enfermos, dos que sofrem, dos migrantes e refugiados, dos excluídos e das vítimas da violência e encarcerados” (n. 207).

Aos leigos e leigas compete contribuir “para a transformação das realidades e para a criação de estruturas justas segundo os critérios do Evangelho” (n. 210).

Os consagrados e consagradas “são chamados a fazer de seus lugares de presença, de sua vida fraterna de comunhão e de suas obras, lugares de anúncio explícito do Evangelho, principalmente aos mais pobres...”, colaborando na construção “de uma sociedade onde se respeite a justiça e a dignidade da pessoa humana” (n. 217); assumindo uma vida “radicalmente profética” manifestem no serviço ao mundo “uma vida apaixonada por Jesus-Vida do Pai, que se faz presente nos mais pequeninos e nos últimos...” (n. 220); revelando o “rosto materno da Igreja... pela escuta, acolhida e serviço, e seu testemunho dos valores alternativos do Reino, mostram que uma nova sociedade latino-americana e caribenha, fundada em Cristo, é possível” (n. 224).



Também o movimento ecumênico e o diálogo inter-religioso, “além de seu caráter teológico, tem significado especial na construção da nova humanidade: abre caminhos inéditos de testemunho cristão, promove a liberdade e a dignidade dos povos, estimula a colaboração para o bem comum, supera a violência..., educa para a paz e para a convivência cidadã...” (n. 239).

Ao falar dos “lugares de encontro com Jesus Cristo”, o DAp enfatiza que “o encontramos de modo especial nos pobres, aflitos e enfermos (cf. Mt 25,37-40), que exigem nosso compromisso e nos dão testemunho de fé, paciência no sofrimento e constante luta para continuar vivendo”. A fidelidade da Igreja a Jesus Cristo encontra-se “na proximidade e na defesa dos direitos dos excluídos”. Os pobres e sofredores nos evangelizam, pois “o encontro com Jesus Cristo através dos pobres é uma dimensão constitutiva de nossa fé. Da contemplação do rosto sofredor de Cristo neles e do encontro com Ele nos aflitos e marginalizados, cuja imensa dignidade Ele mesmo nos revela, surge nossa opção por eles. A mesma união a Jesus Cristo é a que nos faz amigos dos pobres e solidários com seu destino” (n. 257).

### A religiosidade popular: a grande fé das pessoas pequenas

A opção pelos pobres revela-se também na valorização da religiosidade popular: é tarefa da Igreja “promovê-la e protegê-la... porque a piedade popular reflete uma sede de Deus que somente os pobres e simples podem conhecer” (n. 258). As orações em família, festas, danças, cânticos, novenas, procissões, promessas, romarias feitas por multidões de pessoas, muitas vezes derramando suas dores e lágrimas entre súplicas confiantes..., se constituem na “melhor expressão de um coração que renunciou a auto-suficiência, reconhecendo que sozinho nada pode...; é o caminhar junto para Deus que os espera... O próprio Cristo se faz peregrino e caminha ressuscitado entre os pobres” (n. 259).

As pessoas pequenas e fracas manifestam, por sua piedade popular, “um intenso sentido de transcendência, uma capacidade espontânea de se apoiar em Deus e uma verdadeira experiência de amor teologal..., pois a sabedoria do amor não depende diretamente da ilustração da mente, mas da ação interna da graça” (n. 263); identificam-se com o “Cristo sofredor..., muitos deles golpeados, ignorados, despojados, não abaixam





os braços..., agarram-se no imenso amor que Deus tem por eles e que lhes recorda permanentemente sua própria dignidade” (n. 265).

As pessoas pobres “também encontram a ternura e o amor de Deus no rosto de Maria... Nossa Mãe querida, desde o santuário de Guadalupe, faz sentir a seus filhos menores que eles estão na dobra de seu manto...” Como em Caná da Galiléia, ela dirige sua atenção especial às pessoas que se encontram em necessidade, anima ao serviço e à entrega gratuita. Ela “indica, além do mais, qual é a pedagogia para que os pobres, em cada comunidade cristã, sintam-se como em casa. Cria comunhão e educa para um estilo de vida compartilhada e solidária, em fraternidade, na atenção e acolhida do outro, especialmente se é pobre e necessitado” (n. 265 e 272).

O testemunho cristão vivido por muitas mulheres e homens, inclusive derramando seu sangue como mártires, “constitui um presente precioso para o caminho cristão dos latino-americanos... Com valentia, perseveraram na promoção dos direitos das pessoas, foram perspicazes no discernimento crítico da realidade à luz do Ensino Social da Igreja e críveis pelo testemunho coerente de suas vidas... Acolhemos sua herança e nos sentimos chamados a continuar com renovado ardor apostólico e missionário o estilo evangélico de vida que nos transmitiram” (n. 275).

### Formação inculturada e compromisso solidário

Ao falar da formação, da catequese e dos lugares de formação dos discípulos missionários (cf. n. 276-345), o DAp não faz uma indicação explícita à dimensão sócio-transformadora, aspecto fundamental no processo de educação cristã. Valoriza, no entanto, as “pequenas comunidades eclesiais como um meio privilegiado para a Nova Evangelização” (n. 307). Aqui, com muita probabilidade, refere-se às CEBs, cuja origem e papel se inserem predominantemente no mundo das pessoas empobrecidas.

Também para os que são educados nos seminários e casas de formação, “a partir da Palavra de Deus recebem os ensinamentos que vão iluminando a sua mente e modelando o seu coração para o exercício da caridade fraterna e da justiça” (n. 316). Chama a atenção para a necessidade de formação inculturada aos “jovens provenientes de famílias pobres ou de grupos indígenas” (n. 325). As escolas e centros educativos católicos devem “destacar a dimensão ética e religiosa da cultura...” (n. 330). A Igreja deve estimular e promover “uma educação de qualidade



para todos, formal e não-formal, especialmente para os mais pobres” (n. 334). A identidade católica deve ser resgatada e aprofundada pelos centros educativos “por meio de um impulso missionário corajoso e audaz, de modo que chegue a ser uma opção profética plasmada em uma pastoral de educação participativa..., gerando solidariedade e caridade para com os mais pobres” (n. 337).

O DAp refere-se ao “direito intransferível” à educação de qualidade para todas as pessoas, independente de sua condição social; é papel do Estado garantir este direito e proporcionar a todos os pais a livre escolha, “segundo a sua consciência, em meio a uma pluralidade de projetos educativos, as escolas adequadas para seus filhos” (n. 340). À Universidade Católica cabe prioritariamente “a formação profissional que compreenda os valores éticos e a dimensão de serviço às pessoas e à sociedade...” (n. 341). Professores, alunos e pessoal administrativo... “sejam capazes de compromisso solidário com a dignidade humana, de serem solidários com a comunidade e de mostrarem profeticamente a novidade que representa o cristianismo na vida das sociedades latino-americanas e caribenhas” (n. 342).

### 3 A opção pelos pobres no “AGIR” do Documento de Aparecida

A terceira parte do DAp, referente ao AGIR (n. 347-546), apresenta Jesus Cristo como comunicador e servidor da vida, convidando os seus discípulos “a optarem pelos mais pobres (cf. Lc 14,15-24)” e pede que abramos os olhos para reconhecer a Jesus “e servi-lo nos mais pobres”, lembrando inclusive as palavras de São João Crisóstomo: “Querem em verdade honrar o corpo de Cristo? Não consentam que esteja nu. Não o honrem no templo com mantos de seda enquanto fora o deixam passar frio e nudez” (n. 353-354).

A realidade de muitas pessoas abandonadas e excluídas contradiz o Projeto de Deus e desafia os cristãos e cristãs ao compromisso de transformação social, pois “o Reino de vida que Cristo veio trazer é incompatível com estas situações desumanas... É necessário sublinhar a inseparável relação entre o amor a Deus e o amor ao próximo, que convida todos a suprimir as graves desigualdades sociais e as enormes diferenças no acesso aos bens. Tanto a preocupação por desenvolver estruturas mais justas como por transmitir os valores sociais do Evangelho, situam-se neste contexto de serviço fraterno à vida digna” (n. 358). O mesmo espírito e o mesmo





estilo de vida do Mestre de Nazaré devem acompanhar os anunciadores do Evangelho que pressupõe “proximidade afetuosa, escuta, humildade, solidariedade, compaixão, diálogo, reconciliação, compromisso com a justiça social e capacidade de compartilhar, como Jesus o fez” (n. 363).

A opção preferencial pelos pobres é enfatizada, de modo especial, no capítulo VIII, dedicado ao “Reino de Deus e promoção da dignidade humana”, ratificando e potencializando o que afirmaram as Conferências anteriores, especialmente as de Medellín e Puebla. Ao acolher o projeto de Jesus Cristo como “a resposta total, superabundante e satisfatória às perguntas humanas sobre a verdade, o sentido da vida e da realidade, a felicidade, a justiça e a beleza” (n. 380), somos convidados a assumir “o amor de misericórdia para com todos os que vêm vulnerada sua vida em qualquer de suas dimensões... É urgente criar estruturas que consolidem uma ordem social, econômica e política na qual não haja iniquidade e onde haja possibilidades para todos” (n. 384).

As obras de misericórdia não podem confundir-se com assistencialismo, mas devem ser acompanhadas da “verdadeira justiça social, que vá elevando o nível de vida dos cidadãos, promovendo-os como sujeitos de seu próprio desenvolvimento”. A caridade e a justiça andam juntas, e “a ordem justa da sociedade e do Estado é tarefa principal da política e não da Igreja. Mas a Igreja não pode nem deve colocar-se à margem na luta pela justiça” (n. 385). Através de suas obras concretas ela manifesta a quem está servindo verdadeiramente. Citando Santo Alberto Hurtado: “Em nossas obras, nosso povo sabe que compreendemos sua dor” (n. 386).

O anúncio do Evangelho, através de palavras e ações concretas, deve ser a proclamação da “verdade sobre o ser humano e sobre a dignidade de toda pessoa humana” que deve ser feita “em todos os espaços públicos e privados do mundo” (n. 390).

A preocupação pela dignidade humana carrega “a angústia pelos milhões de latino-americanos e latino-americanas que não podem levar uma vida que corresponda a essa dignidade. A opção preferencial pelos pobres é uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha” (n. 391). Esta opção preferencial, que “não é exclusiva, nem excludente”, caracteriza-se como expressão da fé em Jesus Cristo, “naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza” (n. 392)... “Os rostos sofredores dos pobres são rostos sofredores de Cristo. Eles desafiam o núcleo do trabalho da Igreja, da pastoral e de nossas atitudes cristãs. Tudo o que tenha relação



com Cristo tem relação com os pobres, e tudo o que está relacionado com os pobres clama por Jesus Cristo” (n. 393).

### Igreja: advogada da justiça e defensora dos pobres

A manifestação da fé em Jesus Cristo implica necessariamente em atitudes permanentes de solidariedade e serviço; implica em “opções e gestos visíveis, principalmente na defesa da vida e dos direitos dos mais vulneráveis e excluídos”. Considerando que eles mesmos são “sujeitos de mudança e de transformação de sua situação”, a Igreja coloca-se a serviço, consciente de que “este campo de atividade caracteriza de maneira decisiva a vida cristã, o estilo eclesial e a programação pastoral” (n. 394). Como “advogada da justiça e defensora dos pobres”, a Igreja faz-se “companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres, inclusive até o martírio”; ela não pode omitir-se “diante das intoleráveis desigualdades sociais e econômicas que clamam ao céu”. Deve, por isso mesmo, oferecer orientações éticas “aos responsáveis pelas finanças das nações, aos que fomentam o emprego, aos políticos que devem criar as condições para o desenvolvimento econômico dos países” (n. 395 e 396).

A opção preferencial pelos pobres “implica que deva atravessar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais. A Igreja latino-americana é chamada a ser sacramento de amor, solidariedade e justiça entre nossos povos” (n. 396). Por isso mesmo, faz-se necessária a vigilância permanente, pois as influências do mundo pós-moderno podem nos conduzir ao risco desta opção “ficar em plano teórico ou meramente emotivo, sem verdadeira incidência em nossos comportamentos e em nossas decisões...”. Evitando o paternalismo, é necessário “dedicar tempo aos pobres, prestar a eles amável atenção, escutá-los com interesse, acompanhá-los nos momentos difíceis, escolhê-los para compartilhar horas, semanas ou anos de nossa vida, e procurando, a partir deles, a transformação de sua situação” (n. 397).

A atitude de proximidade com as pessoas empobrecidas nos faz reconhecer seus valores de fé, suas atitudes de solidariedade, manifestando-se como “sujeitos da evangelização e da promoção humana integral” (n. 398). As mulheres e homens em situação de pobreza, dão vida ao caminhar da Igreja cuja missão é estar com eles, compartilhando sua vida, sua amizade e defendendo seus direitos.

A opção pelos pobres envolve a autêntica promoção humana, “sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade... Deve ser integral,



isto é, promover todos os homens e o homem todo” (n. 399). Neste sentido, os planos pastorais devem contemplar, prioritariamente, “o Evangelho da vida e da solidariedade”, fortalecendo “uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral que, com a assistência e a promoção humana, se faça presente nas novas realidades de exclusão e marginalização em que vivem os grupos mais vulneráveis, onde a vida está mais ameaçada”, conforme o retrato dos diversos “rostos dos novos excluídos” (n. 400-402).

O empenho pela promoção humana deve incidir “nos Estados para a aprovação de políticas sociais e econômicas que atendam às várias necessidades da população e que conduzam para um desenvolvimento sustentável..., numa perspectiva ética, solidária e autenticamente humanista” (n. 403). Neste sentido, os empresários prestam uma grande contribuição “quando se esforçam para gerar emprego digno, facilitar a democracia e promover a aspiração a uma sociedade mais justa e a uma convivência cidadã com bem-estar e paz” (n. 404).

### Os rostos sofredores especialmente necessitados

Ao tratar da “globalização da solidariedade e justiça internacional”, os pastores propõem-se a “apoiar a participação da sociedade civil para a re-orientação e conseqüente reabilitação ética da política..., a luta contra a corrupção, a vigência dos direitos do trabalho e sindicais; é necessário colocar como prioridade a criação de oportunidades econômicas para setores da população tradicionalmente marginalizados...” (n. 406).

Entre os “rostos sofredores que doem em nós”, são reconhecidos especialmente as “pessoas que vivem na rua nas grandes cidades” (cf. n. 407-410). Muitas delas são crianças empurradas para a rua, devido à violência doméstica ou à situação de miséria de suas famílias. A Igreja e os governos municipal, estadual e federal devem dedicar especial atenção a estas pessoas, “de tal modo que enquanto se proporciona a elas ajuda no necessário para a vida, que também sejam incluídas em projetos de participação e promoção nos quais elas próprias sejam sujeitos de sua re-inserção social” (n. 407).

O segundo rosto que recebe atenção especial é o dos “migrantes” (n. 411-416), pois os “deslocados e refugiados, sobretudo por causas econômicas, políticas e de violência, constituem fato novo e dramático” (n. 411). É missão da Igreja, “dar atenção humanitária e pastoral” às pessoas migrantes e denunciar profeticamente os atropelos que elas sofrem; deve dedicar “esforço por incidir, junto aos organismos da sociedade civil, nos



governos dos países, para conseguir uma política migratória que leve em consideração os direitos das pessoas em mobilidade” (n. 414).

O rosto dos “enfermos” também é especialmente focado (n. 417-421). A Igreja defende a vida digna sem exclusão e, por isso, lança-se prioritariamente ao cuidado do “fraco, do recém-concebido, do envelhecido pelos anos e do enfermo... Os enfermos são verdadeiras catedrais do encontro com o Senhor Jesus” (n. 417).

O quarto rosto especialmente contemplado é o dos “dependentes de drogas” (n. 422-426). Constata que “o problema da droga é como mancha de óleo que invade tudo... A Igreja não pode permanecer indiferente diante deste flagelo que está destruindo a humanidade... Sua tarefa se dirige em três direções: prevenção, acompanhamento e apoio das políticas governamentais para reprimir essa pandemia” (n.422). É triste constatar que pessoas “em situações muito precárias, recorrem à droga para acalmar sua fome ou para escapar da cruel e desesperadora realidade em que vivem” (n. 424).

Ainda outra menção especial: refere-se ao rosto dos “detidos em prisões” (n. 427-430). A criminalidade está ligada à violência, “realidade que golpeia a todos os setores da população, produto das injustiças e outros males...”. As penitenciárias que, em princípio, deveriam ser espaço de reeducação para a inclusão social, “lamentavelmente são com frequência escolas para aprender a delinquir” (n. 427). A Igreja se faz pastoralmente presente cuidando para que os Direitos Humanos sejam respeitados; ela deve, junto à sociedade civil, exigir “que os Estados considerem com seriedade a situação do sistema de justiça e a realidade carcerária” (n. 428).

Ao falar da “Família, Pessoas e Vida”, o DAp enfatiza que “parte importante da população está afetada por difíceis condições de vida que ameaçam diretamente a instituição familiar” (n. 432). As crianças são as que despertam maior preocupação: “Vemos com dor a situação de pobreza, de violência intra-familiar (sobretudo em famílias irregulares ou desintegradas), de abuso sexual, pela qual passa bom número de nossas crianças: os setores de infância trabalhadora, crianças de rua, crianças portadoras de HIV, órfãos, meninos soldados, e crianças enganadas e expostas à pornografia e prostituição forçada, tanto virtual quanto real...” (n. 439).

Os adolescentes e os jovens (n. 442-446) também preocupam particularmente: muitos deles passam por situações difíceis que deixam marcas profundas em sua vida. Entre estas situações são lembradas “as



seqüelas da pobreza, que limitam o crescimento harmônico de suas vidas e geram exclusão” (n. 444). A Pastoral da Juventude deverá colaborar na formação dos jovens “para a ação social e política e a mudança de estrutura, conforme a Doutrina Social da Igreja, fazendo própria a opção preferencial e evangélica pelos pobres e necessitados” (n. 446).

As pessoas idosas (n.447-450) e as crianças são as que “constroem o futuro dos povos. As crianças porque levarão adiante a história, os anciãos porque transmitem a experiência e a sabedoria de suas vidas” (n. 447). A frase de Jesus “pobres, vocês sempre terão, e poderão socorrê-los quando quiserem” (Mt 14,7) aplica-se muito bem às pessoas idosas, várias delas em situação de fragilidade, abandono e solidão (n. 448).

A situação das mulheres (n. 451-458) é também motivo de atenção especial por parte da Igreja. Inumeráveis delas ainda não são respeitadas em sua dignidade; são vítimas do machismo e outras formas de violência desde o âmbito doméstico; não são reconhecidas na sua doação cotidiana pela educação dos filhos e pelo bem-estar da família; não são valorizadas e nem se promove sua participação ativa na sociedade e na Igreja (cf. n. 453). “Nesta hora da América Latina e do Caribe, é urgente escutar o clamor, muitas vezes silenciado, de mulheres que são submetidas a muitas formas de exclusão e de violência em todas as suas formas e em todas as etapas de suas vidas”. Muitas delas, como as indígenas, afro-americanas e pobres sofrem dupla marginalização. Diante desta realidade, o DAp proclama a urgente necessidade de “todas as mulheres participarem plenamente na vida eclesial, familiar, cultural, social e econômica, criando espaços e estruturas que favoreçam maior inclusão” (n. 454).

Do homem e pai de família (n. 459-463), pede-se a “essencial disposição de reciprocidade e complementaridade” (n. 459) com a mulher, na família, no ambiente do trabalho e na sociedade. Faz-se necessário “denunciar a mentalidade neoliberal que não vê no pai de família mais do que um instrumento de produção e ganância...” (n. 463).

### Evangelizar integralmente a Jesus Cristo

O empenho pela promoção da cultura da vida (n. 464-469) deve contemplar, como pressuposto, que “o ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, possui altíssima dignidade que não podemos pisotear... A vida é presente gratuito de Deus, dom e tarefa que devemos cuidar desde a concepção, em todas as suas etapas, até à morte natural, sem relativismos” (n. 464).



A este empenho pela dignidade e integridade da pessoa humana, liga-se o cuidado com o meio ambiente (n. 470-475). Os cristãos e cristãs, “como profetas da vida”, não podem permitir que “os interesses de grupos econômicos arrasem irracionalmente as fontes de vida, em prejuízo de nações inteiras e da própria humanidade. As gerações que nos sucederão têm direito a receber um mundo habitável...” (n. 471). A “mãe terra” é bela e sabiamente definida em tríplice dimensão: “fonte de alimento, casa comum e altar da partilha humana” (n. 472). Daí a necessidade de superar a visão antropocêntrica do mundo para promover a vida em todas as suas dimensões. É importante, para isso, resgatar para o cotidiano da nossa vida a comunhão com Deus, com as pessoas e com a criação.

O último capítulo do DAp trata dos nossos povos e a cultura (n. 476-546). Enfatiza que a tarefa da evangelização é anunciar integralmente a Jesus Cristo. Isto “exige coragem e espírito profético. Neutralizar a cultura de morte com a cultura cristã da solidariedade é imperativo que diz respeito a todos nós...” (n. 480). Nesta tarefa devem envolver-se a Igreja, bem como o Estado e os Meios de Comunicação Social. Entre estes meios está a internet como “uma das maravilhosas invenções da técnica” (n. 487) e, como os outros meios de comunicação manifesta-se como instrumento ambíguo: pode servir à promoção da vida ou à sua destruição...

Chama a atenção para uma nova modalidade de exclusão que é a “digital”: realidade que desafia também o processo de evangelização que deve atingir todas as expressões culturais (n. 490). Os discípulos missionários de Jesus Cristo são incentivados, a partir de sua postura ética, a semear “os valores evangélicos nos ambientes onde tradicionalmente se faz cultura e nos novos areópagos: o mundo das comunicações, a construção da paz, o desenvolvimento e a libertação dos povos, sobretudo das minorias, a promoção da mulher e das crianças, a ecologia e a proteção da natureza”. A evangelização da cultura, “longe de abandonar a opção preferencial pelos pobres e pelo compromisso com a realidade, nasce do amor apaixonado por Cristo, que acompanha o Povo de Deus na missão de inculturar o Evangelho na história, ardente e infatigável em sua caridade samaritana” (n. 491).

Os bispos apelam para a responsabilidade de todos nós: “A opção preferencial pelos pobres, de raiz evangélica, exige atenção pastoral voltada aos construtores da sociedade. Se muitas das estruturas atuais geram pobreza, em parte é devido à falta de fidelidade a compromissos evangélicos de muitos cristãos com especiais responsabilidades políticas,



econômicas e culturais” (n. 501). A falta de fidelidade manifesta-se pela “corrupção e relativismo ético” (n. 503) e falta de “integridade moral” nas pessoas que exercem funções públicas... e por todos nós quando nos deixamos “corromper por favores, interesses e vantagens” (n. 507).

### Discípulos missionários: por um mundo novo!

Como discípulos missionários de Jesus Cristo, estamos a serviço da organização da “Cidade Santa” (Ap 21,2-4), onde Deus instala sua tenda entre nós. Aí “não haverá morte, nem luto, nem pranto, nem dor..., fruto da comunhão fraterna e do serviço, especialmente aos mais pobres e aos que mais sofrem...” (n. 515-516). No mundo urbano, deve-se dispensar um cuidado especial aos “caídos ao longo do caminho e aos que se encontram nos hospitais, encarcerados, excluídos, dependentes de drogas, habitantes das novas periferias, nas novas urbanizações...” (n. 517).

É possível criar relações novas entre nós. “A dignidade de nos reconhecer como família de latino-americanos e caribenhos implica uma experiência singular de proximidade, fraternidade e solidariedade... Una e plural, a América Latina é a casa comum, a grande pátria de irmãos...” (n. 525).

Reconhecem os bispos que a “nossa pátria é grande, mas será realmente ‘grande’ quando o for para todos, com maior justiça. Na verdade, é uma contradição dolorosa que o Continente com o maior número de católicos seja também o de maior iniquidade social” (n. 527). A integração continental não pode reduzir-se à “questão de cúpulas políticas e econômicas e não se fundamenta na vida e na participação dos povos... Isto aprofunda a pobreza e as desigualdades...” (n. 528).

O processo de evangelização deve levar-nos a aprofundar os laços comuns que nos identificam como uma família composta de rostos diversos em diálogo fraterno e respeitoso. “A Igreja defende os autênticos valores culturais de todos os povos, especialmente dos oprimidos, indefesos e marginalizados, diante da força avassaladora das estruturas de pecado manifestas na sociedade moderna”. Como “advogada da justiça e dos pobres”, a Igreja não pode aceitar a “a prática da discriminação e do racismo em suas diferentes expressões, pois ofende no mais profundo a dignidade humana”. Deve animar “cada povo a construir em sua pátria uma casa de irmãos onde todos tenham moradia para viver e conviver com dignidade...” (n. 532-534).



As autênticas transformações sociais que todos desejamos forjam-se a partir do “coração das pessoas e se irradiam em todas as dimensões de sua existência e convivência. Não há novas estruturas se não há homens novos e mulheres novas...” (n. 538). A novidade reside essencialmente na promoção de “uma cultura do compartilhar em todos os níveis, em contraposição à cultura dominante de acumulação egoísta, assumindo com seriedade a virtude da pobreza como estilo de vida sóbrio para ir ao encontro e ajudar as necessidades dos irmãos que vivem na indigência... Urge educar para a paz, dar seriedade e credibilidade à continuidade de nossas instituições civis, defender e promover os direitos humanos...” (540-541). A paz é concebida, não como ausência de guerras, mas “como fruto de um desenvolvimento sustentável, equitativo e respeitoso da criação” (n. 542).

A missão evangelizadora da igreja processa-se em estreita “solidariedade com os pobres e sua promoção integral... É missão que nasce “de um amor crucificado e, por isso, capaz de purificar as estruturas da sociedade violenta e gerar novas estruturas... A Igreja é chamada a ser escola permanente de verdade e justiça, de perdão e reconciliação para construir a paz autêntica” (n. 542, 543 e 545).

A V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, na conclusão de seu documento oficial, aponta para a esperança militante que caracteriza os discípulos missionários de Jesus Cristo: “Não podemos ficar tranqüilos em espera passiva em nossos templos, mas é urgente ir em todas as direções para proclamar que o mal e a morte não têm a última palavra, que o amor é mais forte...” (n. 548). Reporta-se novamente ao discurso inaugural de Bento XVI: “Se as pessoas encontradas estão em situação de pobreza, é necessário ajudá-las, como faziam as primeiras comunidades cristãs, praticando a solidariedade para que se sintam amadas de verdade”. A atitude samaritana é característica que não pode ser abandonada, pois “o povo pobre das periferias urbanas ou do campo necessita sentir a proximidade da Igreja, seja no socorro de suas necessidades mais urgentes, como também na defesa de seus direitos e na promoção comum de uma sociedade fundamentada na justiça e na paz. Os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho...” (n. 550).

### Uma consideração final

O DAp, analisado sob a ótica da opção preferencial pelos pobres, oferece insistentes motivações para o efetivo compromisso de transformação social que os cristãos e cristãs devem abraçar com ousadia.



São motivações que emergem da realidade de exclusão de grande parte do povo latino-americano e caribenho e da prática de Jesus Cristo. As insistências são tantas que, várias vezes, parecem caracterizar-se como repetições ou até redundâncias. Neste artigo respeitamos, sem a preocupação de tecer comentários críticos, o que a Conferência de Aparecida, recolhendo os clamores dos nossos povos, expressou ao longo do Documento que, sem dúvida, constitui-se num caminho-desafio para a retomada, com novo ardor, da caminhada de libertação e vida a partir das Comunidades de Base. Diante do que o Espírito diz à Igreja, não há como ficar indiferentes.

*Endereço do autor:*

Rua Francisco Goulart 103 – Apto. 303

B. Trindade

88036-600 FLORIANÓPOLIS, SC

E-mail: loraschi@itesc.org.br



**Resumo:** Nos 24 números que se referem explicitamente à mobilidade humana, o Documento de Aparecida (DA) recolhe grande riqueza de sugestões e idéias, que convergiram no texto final, trazendo valores semânticos e pastorais híbridos e diversificados. De tal herança, a Igreja se questiona como acolher a mensagem transmitida e fazê-la frutificar. O presente artigo busca apresentar, sucintamente, elementos da visão de pastoral da mobilidade humana que perpassa o DA, partindo dos textos que tratam a mobilidade humana explicitamente, para incluir, como conclusão, elementos de reflexão sobre os itens apresentados.

**Abstract:** In 24 paragraphs which refer explicitly to people engaged in Pastoral Service, the document of Aparecida offers a great many suggestions and ideas which are gathered from a wide range of semantic notions drawn up from many areas of pastoral duties and operations. In view of a multiplicity of services rendered to the people, the Church is faced with the task to evaluate the results. The article intends to give an overall view of people engaged in Pastoral Care, mentioned in the DA. The purpose is to attain a fruitful understanding of the dynamic aspect inherent in the disciples who are engaged in missionary work and to grasp the organizational tasks, which should be applied today.

## Discípulos migrantes e migrantes missionários

### Elementos de pastoral da mobilidade humana a partir do Documento de Aparecida

*Carmem Lussi\**

\* Missióloga. Diretora do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios de Brasília.